

“Fisiologismo resulta em corrupção”

JBr. — O PMDB chegou na Constituinte com uma bancada de 305 parlamentares. Hoje está com 274 deputados e senadores no Congresso Nacional. Essa crise tem solução ou é irremediável?

J.R. — A Constituinte é um marco histórico na vida política nacional. Ela vai representar como principal evento o final da transição. Era natural que fosse haver, em termos da organização da sociedade um reajustamento da estrutura partidária que não pode ser a mesma depois da Constituinte. A transição está se fazendo de forma turbulenta e com um agravante: a situação econômica de extrema gravidade. Isso tem desdobramento e está apressando a revisão do quadro partidário.

JBr. — O PMDB acaba, com o fim da Constituinte?

J.R. — Acho que não. O atual quadro partidário vem do arbitrio. O PMDB tem a sua origem nesse arbitrio. Foi um partido organizado muito mais como frente do que como partido: Se tivéssemos tido uma transição traumática, ou de via revolucionária, eu admitiria que tivéssemos de zerar todo o quadro partidário para começar coisa nova. Nesse caso o PMDB desapareceria com todos os demais partidos. Entretanto, como a transição foi atípica, nem o PMDB nem nenhum outro partido vai desaparecer. Eles vão passar por um processo de reajustamento. O PMDB não pode continuar sendo a frente que sempre foi no período do arbitrio e que hoje, numa unidade artificial, tenta se manter. Admito manter essa unidade em função da importância da transição e da Constituinte. Entretanto, a conjuntura está apressando uma revisão do PMDB.

JBr. — O PMDB que sair desse processo será o do bloco independente, do qual o senhor faz parte, ou o do Centrão?

J.R. — Isso nós não sabemos. Se o racha ocorresse agora, com a influência do Governo no sistema presidencial, eu não teria dúvidas de dizer que isso favoreceria mais o grupo conservador. No entanto, quanto mais se aproxima o final deste Governo percebo a tendência do favorecimento do grupo progressista. Vai depender da hora do desenlace.

JBr. — O Senhor ajudou a formar um bloco independente dentro do PMDB. Essa indefinição de muitos parlamentares de sair ou não do PMDB para conquistar espaço, não inviabiliza o projeto político do grupo?

J.R. — Nós temos as convenções estaduais do partido. Muitos têm compromettimentos de disputá-las e isso pode segurar ou apressar a decisão de cada um. Temos também a convenção nacional e o término da Constituinte. Eu temo muito que a precipitação de uma decisão política possa colocar em risco a Constituinte. As eleições municipais este ano também são um evento importante. Temos que saber se a lei que vai discipliná-la dará condições de se tomar uma decisão política partidária.

JBr. — Então a tendência será os dissidentes aguardarem as eleições municipais e só depois formarem um novo partido?

J.R. — Não necessariamente. Acho que na hora em que a lei definir as regras para as eleições, não haverá problemas. Estaremos também terminando a fase mais importante da Constituinte, que é a conclusão do primeiro turno. A partir daí a Constituinte não correrá mais riscos e as convenções estão chegando ao fim. Acredito que até junho tudo esteja definido.

JBr. — Se esse partido for realmente formado, qual será o seu perfil ideológico?

J.R. — Nenhum partido no País como o Brasil pode se constituir e ser alternativa de poder se tiver uma faixa ideológica muito estreita. O Brasil é um País de grande extensão, de regiões bastante diferenciais e tem que ter um partido com faixa ideológica mais larga. Isto é bom, porque é a melhor forma de se acabar com o radicalismo. Em política, como em qualquer outra atividade, não há verdade absoluta.

JBr. — Essa faixa ideológica a que o Senhor se refere não pode fazer com que esse partido se torne um novo PMDB?

J.R. — É o que queremos evitar. A nossa maior preocupação será definir uma faixa ideológica que seja razoável. Não gosto de rotular um programa partidário, porque não concordo com a conceituação ideológica, mas acho que hoje os avanços sociais são uma

“O governo tentou executar muitas propostas e nenhuma delas deu certo”

necessidade, porque o Brasil é uma sociedade complexa, um País atrasado e desenvolvido ao mesmo tempo. Para isso nós temos que ter competência de formularmos programas partidários para a hora presente.

JBr. — Como seria o programa desse partido?

J.R. — Acho que teria que ser um programa que em geral gerasse condições de investimentos na economia para um crescimento de no mínimo 6% ao ano, gerasse os empregos necessários, aumentasse a carga tributária, mas que correspondesse a uma austeridade no gasto público. Essa carga tributária teria que recair mais sobre as rendas mais altas.

JBr. — O Senhor acredita que ainda é possível aprovar um mandato de 4 anos para o presidente José Sarney?

J.R. — Temos que continuar lutando pelos 4 anos. É uma necessidade que, a meu ver, se impõe em função da gravidade do momento e da falta de perspectiva, de projetos; da falta de autoridade, de credibilidade do atual Governo. A luta pelos 4 anos é vital para o interesse do Brasil. Todo o país do mundo, quando tem dificuldades e não consegue resolvê-las pela via política normal dos acordos, das tréguas, das composições, apela para a eleição. Agora, o que se percebe é uma luta quase pessoal. Esse Governo já tentou executar muitas propostas e nenhuma delas deu certo. Nenhum programa de

Governo pode ter êxito se não houver ao lado dele uma proposta política que garanta o apoio majoritário. Se isso não existe e não há perspectiva que se venha a fazê-lo, pelo contrário, cada dia de perde mais apoio político, então não tem como imaginar que haja condições, se lhe derem mais um ano de mandato. Por isso é imprescindível que haja uma eleição para legitimar e tornar mais confiável, por parte da população, um Governo, que nascendo das urnas, tenha autoridade, credibilidade para fazer propostas que, quanto mais grave a conjuntura, têm que ser mais dura.

JBr. — Como o Senhor vê as denúncias de corrupção que a CPI do Senado investiga?

J.R. — Quando um Governo não tem proposta, tem dificuldades de compor uma maioria política para lhe dar sustentação é normal, é da essência humana, que se tenta esse apoio por via da fisiologia, do paternalismo. Quando se vai por esse caminho, a corrupção é inevitável, mas quando se começa com pequenas coisas, como dar uma concessão de rádio, ou liberar uma verba para um prefeito em troca de votos, a corrupção é inevitável, vem em escalada, porque quem é capaz de fazer um pouco também é de fazer muito. Esse estilo de Governo tem que ser realimentado, porque quem se vende a troco de um benefício desse tipo é insaciável. O parlamentarismo seria a forma de rompermos com esse círculo vicioso, mas infelizmente não foi aprovado.

JBr. — O Senhor acha então que a CPI deve ir até o fundo na apuração dessas denúncias?

J.R. — Sim. Quando você tem um Governo mal situado na opinião pública tem, pelo menos, que salvar o restante do organismo institucional, no caso, o Congresso Nacional, e as demais instituições. Um dos fatores de reabilitação da credibilidade e da imagem das instituições junto a opinião pública é a austeridade, a moralidade. Toda vez que haja dúvida, a principal função do Legislativo é apurar e fiscalizar, e o instrumento é a Comissão de Inquérito. Se eu estivesse no Governo seria o maior incentivador e colaborador de uma CPI.

JBr. — O senador Roberto Campos disse que alguns dispositivos votados esta semana na Constituinte vão significar um passo atrás para o País em termos de desenvolvimento. Ele cita especificamente a reserva de mercado para a indústria nacional que desenvolve tecnologia, como a da informática. Como o Senhor vê essas críticas?

J.R. — De um modo geral, a Constituição está boa. Ela não é a Constituição que eu gostaria que fosse, mas não pode agradar a 100%. A nova Carta tem que ser a média. Ele está exagerando. Todos os países do mundo, quando iniciam seu processo de desenvolvimento, se preocupam em proteger determinados setores estratégicos. A liberdade total entre desiguais é uma injustiça. A Constituição não será xenófoba, não está eliminando a possibilidade do capital estrangeiro contribuir com o desenvolvimento nacional, pelo contrário, está sendo bem liberal, muito mais do que foi no período do arbitrio.